



O Turismo de Base Comunitária como viés para a análise dos saberes e fazeres do movimento Catadoras de Mangaba: a construção da mangaba como bem cultural e atrativo que poderá a consolidar o lugar enquanto atrativo turístico sustentável.

Lillian Maria de Mesquita Alexandre, Doutoranda em Geografia

Universidade Federal de Sergipe, professora do Curso de Turismo- UFS;

[*lillian_mesquita@hotmail.com*](mailto:lillian_mesquita@hotmail.com)

Geraldo Pires de Rezende Silva Filho, Pós-graduação em Docência no Ensino

*Superior Centro Universitário Senac; [*geraldostyke@hotmail.com*](mailto:geraldostyke@hotmail.com)*

Resumo

Em uma atividade como a do turismo, elementos como os encontrados no meio ambiente são de suma importância para a sua existência, pois é o atrativo, natural, cultural ou artificial que motiva o deslocamento de pessoas. Assim, a necessidade de transformar espaços deve ser um elo sustentável para a atividade e não o contrário, pois sem o atrativo, não há turismo e isso é possível entender quando o uso é abusivo destes espaços e o turismo acaba sendo um transformar inadequado deste. Em Sergipe, há um movimento denominado Catadoras de Mangaba, que visa alcançar a organização de associações nos sete municípios onde são realizadas suas atividades: Japoatã, Estância, Indiaroba, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Japarutuba e Itaporanda D' Ajuda. Procura-se, assim, incentivar a multiplicação dos conhecimentos adquiridos; o aumento da capacidade de produção e da comercialização dos produtos da mangaba (trufa, bala, licor, geleia, mousse e biscoito), e a orientação para a construção de secadores solares que beneficiarão as frutas. Tal motivação insere-se na discussão do Turismo de Base Comunitária como viés para a análise dos saberes e fazeres deste grupo e como ferramenta para a construção da mangaba como bem cultural e um atrativo que poderá a consolidar o lugar enquanto atrativo turístico sustentável. A pesquisa utilizou-se da pesquisa exploratória e descritiva, partindo da pesquisa bibliográfica e documental para embasar a discussão e do relato de experiência como recurso para descrever as análises do universo da amostra e como resultado, a associação entre o TBC, a sustentabilidade e a motivação das senhoras que fazem o movimento Catadoras de Mangaba, para a preservação do espaço de atuação do movimento.

Palavra-chave: Catadoras de Mangaba - Turismo de Base Comunitária - Sustentabilidade

I – Introdução

O turismo enquanto atividade socioeconômica vem ganhando destaque por sua expressiva participação no PIB mundial, bem como pela sua capacidade de geração de emprego e renda. É um segmento capaz de alavancar a economia, além de contribuir significativamente para a preservação do patrimônio natural e cultural, uma vez que estes são matérias-primas básicas para a existência desse fenômeno.

De acordo com Andrade (*apud* Raykil, 2005, p.2), o turismo “é um fenômeno social, complexo e diversificado” tanto que, devido a sua abrangência, hoje não se idealiza o turismo apenas como atividade de lazer, mas também permite a inserção de novas formas de analisá-lo, mobilizando pessoas pelos mais variados motivos para os mais diversos destinos.

Segundo Cavalcanti e Hora (*apud* Rejowski e Costa, 2003, p.222), “o crescimento da atividade turística tem feito surgir novas modalidades e novos nichos de mercado”, favorecendo a necessidade de uma maior integração entre teoria e prática para poder coexistir tais modalidades.

Entendendo o turismo como uma das atividades chave da modernização contemporânea que privilegia relações sociais típicas da sociedade de consumo, é preciso encontrar estratégias para lidar com esse uso e cuidar para que as comunidades não acabem se perdendo no discurso da “geração de emprego e renda” que o turismo traz no seu bojo.

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica sócio ambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de *comum*, de *coletivo*. O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento.

Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo

como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização. (IRVING, 2009)

A mudança no entendimento sobre o desenvolvimento e a relação do homem com a natureza, mostram o quanto é importante o encadeamento destes até chegarmos ao fomento do turismo nas localidades.

A interpretação dada por Beni (2001, p. 65), nos remete a uma visão de que:

O desenvolvimento do turismo provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição da mão-de-obra subutilizada ou desempregada.

O turismo deve ter o seu desenvolvimento racionalmente pré-determinado, para que as necessidades e potencialidades sejam gerenciadas e se transformem em estratégias que conduzam à inserção do patrimônio natural, histórico e cultural no circuito econômico, evidentemente através do uso não predatório dos mesmos.

Conforme Cara (1996, p. 86) percebe-se que, do ponto de vista territorial:

[...] el turismo es gran consumidor de espacios, pero es además productor y transformador de primeira magnitud. Es al mismo tiempo consumidor de territorio, es decir, utilizador no solo del espacio sino de las condiciones sociales que le dan sentido y es sobre esse territorio organizado y con sentido que impacta. Es una actividad creadora de imágenes y representaciones que impregnan no solo a los agentes y la sociedad de que forman parte los usuarios (es decir el mercado), sino también a las sociedades receptoras.

Becker (1999) afirma que o caminho a ser seguido, que parece ser o ideal, é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. A direção, pois, do desenvolvimento sustentável deixa de ser aquela linear, única, que assumiu o desenvolvimento dominante até nossos dias; não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base e sustentáculo de uma verdadeira sustentabilidade.

O “modelo” de desenvolvimento buscado seria então um modelo rico em alternativas, capaz de enfrentar com novas soluções a crise social e ambiental. É

preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos. Esta parece uma verdadeira chance para a reorganização consequente da sociedade, visando a sustentação da vida e à manutenção de sua diversidade plena.

Ela, enquanto espelha e reproduz a sociedade, é um mecanismo de socialização e manutenção da estrutura social, por isso deve ser utilizada de forma a levar a uma determinada comunidade, condições de sustentação desses perante as relações sociais existentes e neste caso, dos residentes com os turistas.

Assim, o objetivo do estudo foi identificar a discussão do Turismo de Base Comunitária - TBC como viés para a análise dos saberes e fazeres deste grupo e como ferramenta para a construção da mangaba como bem cultural, além de um atrativo que poderá consolidar o lugar enquanto atrativo turístico sustentável. A pesquisa utilizou-se da pesquisa exploratória e descritiva, partindo da pesquisa bibliográfica e documental para embasar a discussão e do relato de experiência como recurso para descrever as análises do universo da amostra e como resultado, a associação entre o TBC, a sustentabilidade e a motivação das senhoras que fazem o movimento Catadoras de Mangaba, para a preservação do espaço de atuação do movimento.

O projeto Catadoras de Mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe visa, alcançar a organização de associações nos sete municípios onde serão realizadas suas atividades: Japoatã, Estância, Indiaroba, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Japaratuba e Itaporanda D' Ajuda. Procura-se, assim, incentivar a multiplicação dos conhecimentos adquiridos; o aumento da capacidade de produção e da comercialização dos produtos da mangaba (trufa, bala, licor, geleia, mousse e biscoito), e a orientação para a construção de secadores solares que beneficiarão as frutas.

Tais elementos mostram que o objeto de estudo pode fomentar as comunidades tradicionais enquanto elo para o turismo de base comunitária uma vez que o mesmo é desenvolvido nas comunidades, tornado produtos aquilo que está sendo realizado por estas e não o contrário, ou seja, não é imposto o produto para que a comunidade aceite como seu. Isso favorece a manutenção da identidade do lugar e de seus elementos.

2 - Os elos desenvolvimentistas e o capitalismo no universo do turismo

A percepção que o homem tem da natureza vem se modificando com o passar do tempo, inicia-se em meados do século XVIII, onde, as pessoas consideravam a natureza, em seu estado primitivo, totalmente desagradável. O bom e o belo eram os campos cultivados; a terra não arada não tinha valor e indicava homens incultos. Contudo, entre o final desse século e o começo do século XIX, a relação homem/meio ambiente natural mudou de forma radical. As áreas naturais não cultivadas, ainda em estado preservado, passaram a se tornar fonte de inspiração.

Contribuíram para essa mudança de atitude vários fatores: as cidades apresentavam, já no começo da revolução industrial, um acelerado crescimento urbano e populacional, e a poluição gerada pelas fábricas começava a alterar a qualidade do ar. A natureza passou então a ser idealizada como lugar de reflexão, isolamento e contemplação. À medida que as fábricas se multiplicavam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias passadas em contato com a natureza, no gosto pelas flores silvestres e observação de pássaros e no sonho com finais de semana no campo.

Há inúmeras evidências da mudança de paradigma na sociedade global em relação ao meio ambiente. As atenções e preocupações se voltaram para um novo modelo de crescimento (desenvolvimento), para uma forma sustentável de utilização dos recursos naturais e para o desenvolvimento de tecnologias que nos levem nessa direção.

O recente movimento ambientalista mundial chamou a atenção para a necessidade da mudança dessas crenças e valores, orientando para o crescimento com restrições, para a proteção da integridade dos ecossistemas em nome da sobrevivência do planeta e para uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza.

O processo de desenvolvimento do capitalismo foi lento, tendo como aliado para a desestruturação do modo de produção feudal, a ação da burguesia que queria a todo custo constituir uma nova classe social.

Foi na cidade que os comerciantes e sua riqueza acumulada se reuniam, onde os artesãos se concentravam e assim ocorria a ruptura da economia feudal. Com o fortalecimento da burguesia comercial, as cidades obtiveram a sua autonomia e passaram a ser destino dos servos que fugiam dos feudos.

Houve uma maior diferenciação entre o comércio feudal e o de transição para o capitalismo, pois antes se praticava o escambo, esse se realizava para satisfazer as necessidades dos indivíduos de possuir mercadorias que não podiam produzir.

Convém lembrar, a importância da industrialização que é um processo amplo, que marca a chamada Idade Contemporânea e que se caracteriza pelo predomínio da atividade industrial sobre outras atividades econômicas. O processo de urbanização está intimamente relacionado ao da industrialização, pois são as cidades que darão base territorial para que ele se concretize, já que nelas se concentram capital e força de trabalho.

A industrialização do modo capitalista de produção se dá principalmente, a partir do fortalecimento da atividade comercial e da sua transformação em classe social (a burguesia), e, do enfraquecimento do sistema feudal, esses acontecimentos irão propiciar a primeira etapa do desenvolvimento capitalista denominada de capitalismo comercial, fase que permitiu a acumulação primitiva.

Porém, o novo modo de produção ainda não havia se desenvolvido plenamente, já que o trabalho assalariado não havia se estabelecido de forma predominante, fato esse que irá ocorrer a partir do desenvolvimento da manufatura artesã, que passa a utilizar-se de mão-de-obra assalariada de forma cada vez mais intensa.

A Revolução Industrial, ocorrida na segunda metade do século XVIII, propiciou um grande aumento da produtividade e conseqüentemente do lucro, baseados no progresso técnico, mas também na exploração intensa da mão-de-obra assalariada, através de longas jornadas de trabalho e baixíssimos salários.

O início da industrialização e conseqüentemente da sociedade contemporânea, como principal atividade econômica e principal forma através da qual a sociedade se apropriava da natureza e a transformava marcou de forma profunda e revolucionou o próprio processo de urbanização.

A partir da revolução industrial, a urbanização toma ritmos muito acentuados, ou seja, há uma diminuição cada vez mais acentuada da população do campo, ao contrário do que ocorre com a população das cidades. O desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos modos de urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades e na sua estrutura interna.

Convém lembrar, que o capitalismo existente nos países periféricos subordina-se amplamente ao capitalismo mundial. É o que ocorre, por exemplo, com a multinacionalização das empresas no mundo. Essa fase caracteriza-se por uma nova Divisão Internacional do Trabalho. Desse modo, não ocorre mais a troca de produtos industriais por primários, mas o trabalhador dos países em desenvolvimento cria produtos com valor de nível internacional. A diferença é que sua força de trabalho tem

menor valor decorrente do padrão de vida e do seu local de origem. (ALEXANDRE, 2010)

Em virtude dessas desigualdades econômicas serão produzidas urbanizações diferentes e também desiguais, e a cidade vai ser o espaço em que vão se desenvolver estas manifestações. A cidade dessa forma não é um fenômeno criado pelo capitalismo, pois precede este sistema econômico, mas reúne as condições para que o mesmo se desenvolva.

Sendo assim, a sociedade capitalista tem como princípio a busca incessante pelo lucro, que é caracterizada através do incentivo a propriedade privada e a economia gira em torno da “Lei da Oferta e da Procura”. Uma sociedade em que ocorre um desenvolvimento social, em que parte da sociedade tem acesso a qualidade de vida e outra parte vive a margem da sociedade vivenciando vários problemas sociais.

No entanto, fica claro a contradição existente entre a política de desenvolvimento capitalista e ao mesmo tempo a preservação do meio ambiente. Pois este modelo visa o aumento da riqueza e da produção em detrimento da conservação dos recursos naturais.

Desse modo, como afirma Bomfim (*apud* Zamberlam, 2001, p. 12), “há que se alertar que dentro dessa nova realidade, o próprio sistema econômico capitalista nos induz a acreditar que procedimentos tecnológicos ecologizados por si só levam a construção de uma nova sociedade”.

Sendo assim, o modelo atual de sociedade busca saídas para a situação da (in) sustentabilidade econômica, social e ambiental em que se encontra, mas que é difícil de alcançar a partir da sua lógica. Não acreditar numa política de sustentabilidade é aceito, pois não há como se utilizar dos recursos naturais sem de alguma forma provocar alterações. Mas, é também preciso parar e repensar uma melhor forma de utilizar os recursos naturais provocando a menor agressão possível.

3 - O Turismo de Base Comunitária na busca do desenvolvimento local sustentável

O desenvolvimento via fomento da atividade turística está intrinsecamente relacionado às especificidades locais e territoriais, quando atrativos culturais e naturais possuem forte enraizamento. Além disso, por estar associada à oferta de bens intangíveis, difere da produção material, pois o consumidor tem de ir ao produto, alterando a logística de “escoamento da produção”. Desta forma, o turista necessita de

serviços complementares – transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, entre outros – ofertados por diferentes agentes econômicos, gerando padrões de concorrência diferenciados, evidenciando a importância das formas de cooperação e interação entre eles. (LUSTOSA *et al*, 2008).

As políticas públicas de turismo implementadas no Brasil, a partir da década de 1990, não vem apresentando os benefícios sociais esperados, ainda que a retórica do discurso oficial muitas vezes contemple a participação dos atores sociais locais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico da região. Por fim, trazemos para a discussão a prática do turismo de base comunitária, mostrando que a atividade turística pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras, desde que o foco de seu planejamento esteja na geração de oportunidades e benefícios reais para essas populações. (BARTHOLO *et al*, 2009)

Pensar as atividades turísticas como promotoras do desenvolvimento na região onde se estabelecem requer, então, conceber modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida situacionalmente afetados pela implantação dessas novas práticas. Isto implica pensar uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas. (ALEXANDRE, 2010)

O turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer *rotas exóticas*, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de outro *modo de visita e hospitalidade*, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino. (BARTHOLO, *et al*, 2009)

Esse turismo respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação o estabelecimento de uma relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados. Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista.

Dentre os desafios e obstáculos para a construção de práticas turísticas de base comunitária, a participação da comunidade local é reconhecidamente um

elemento crucial (Beni, 2004; Coriolano (Org), 2003; Irving, 2002; Sansolo, 2003; Rocha, 2003; Silva, 2004; WWF-International, 2001; Hall, 2000). A gestão democrático-participativa de práticas turísticas sustentáveis é um processo contínuo de aprendizagem (Meyer, 1991), que tem no grau de comprometimento da comunidade a garantia de sua continuidade.

Essa modalidade de turismo converge com a proposta de Zaoual (1998) de um *desenvolvimento situado*, que enfatiza a dimensão simbólica dos padrões relacionais e afirma a pluralidade. Dar sentido à coordenação e à atuação dos atores da sociedade civil requer afirmar seus vínculos com *espaços vividos*, onde a racionalidade se constrói *in situ*, tendo por horizonte a constituição de novos saberes e formas de ação que considerem as contingências qualitativas de cada meio. O turismo de base comunitária, enraizado num processo *situado* de desenvolvimento, é uma modalidade do turismo sustentável cujo foco principal é o bem-estar e a geração de benefícios para a comunidade receptora.

4 – O TBC no Projeto Catadoras de Mangaba: um viés para a análise dos saberes e fazeres do movimento: a construção da mangaba como bem cultural e atrativo que poderá a consolidar o lugar enquanto atrativo turístico sustentável.

“Cada localidade é ímpar no que oferece e, sobretudo, como oferece”, afirma Mielke (2009, p.13), pois são costumes e tradições locais que as qualificam como únicas, e sua preservação constitui-se nos maiores legados em que se insere a atividade turística. É uma visão que justifica todo e qualquer esforço no trabalho comunitário.

Entender no Projeto Catadoras de Mangaba a possibilidade de organizar a comunidade para o turismo é estabelecer uma aliança entre interesses econômicos locais e não locais, objetivando atribuir uma relevante importância na valorização das questões culturais e ambientais que cercam o grupo, como os saberes e fazeres inerentes a produção gerada pela cata da mangaba, como é possível visualizar nas Figuras 01 e 02 abaixo.



Figura 01: Casa da Mangaba no município de Estância



Figura 02: Placa dos parceiros do Projeto na unidade de Produção

Fonte: Alexandre, Lillian, 2014

Além disso, a mangaba nativa e os mariscos garantem a sobrevivência de dezenas de comunidades da região costeira do Estado. No entanto, a especulação imobiliária, a carcinicultura e a monocultura são desafios que estão comprometendo as vidas de milhares de pessoas não somente sob o aspecto da segurança alimentar e nutricional, uma vez que a maior fonte de renda dessas famílias é proveniente das atividades extrativistas, mas também cultural. Alguns exemplos do processo nas figuras 03 e 04 abaixo.



Figura 03: Produto mangaba embalado e in natura Figura 04: Produtos para comercialização
Foto: ALEXANDRE, Lillian 2014

Por isso, ao verificarem que as mangabeiras, reconhecidas como árvore símbolo do Estado de Sergipe, conforme Decreto Lei nº 12.723 de 20 de Janeiro de 1992, estavam sistematicamente sendo arrancadas pelos projetos imobiliários e de monocultura, ou mortas pelos venenos derramados pelos tanques de carcinicultura, as mulheres reunidas no I Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe, decidiram levantar sua voz e, com ajuda de pesquisadores e das Quebradeiras de Coco Babaçu

do Maranhão (Mota *et al.*, 2008), realizaram, em 2007, o I Encontro das Catadoras de Mangaba. Surgiu aí o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM).¹



¹Dados extraídos do site <http://www.catadorasdemangaba.com.br/>



Figura 05: Árvore da mangaba

Fonte:

<http://papierimum.blogspot.com.br/2012/05/so-recentemente-quando-pesquisava-sobre.html>

Figura 06: Fruto Mangaba

Fonte:

http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:22394/estado_apoia_desenvolvimento_das_catadoras_de_mangaba_de_sergipe.html

Com isso, é possível perceber o potencial turístico que o Projeto apresenta e que o produto Mangaba pode vir a se transformar em um atrativo turístico de forte poder de estratégia para as comunidades em que o projeto está presente, entretanto, a lógica do fomento de tal ação deve seguir o sentido do TBC como viés, e não como o turismo mercadologicamente o conhecemos.

Para Duarte (*apud* Vigotski, 2000, p.2):

um paralelo entre essa teoria psicológica mediadora e o materialismo histórico, pois este também tem o papel de estabelecer as necessárias mediações entre o materialismo dialético e a análise das questões concretas, neste caso, as questões concretas da história das sociedades e de cada formação social específica, como o capitalismo, estudado de forma científica por Karl Marx.

Sugere que há necessidade de estabelecer uma coerência entre as práticas da pesquisa empírica e o que de fato se pretende apresentar com os dados levantados e isso remete a questão da necessidade de estabelecer as relações necessárias entre o que é produzido como essência pelas catadoras de mangaba e o que o turismo instiga que ocorra em uma instância diferente da que o mercado exige e aí entra o contraponto do desenvolvimento capitalista do necessário ao fomento local sustentável.

Para Duarte (*apud* Vigotski, 2000, p.5):

o desenvolvimento sócio-cultural do indivíduo é o desenvolvimento de um indivíduo histórico, portanto situado na história social humana. Para que esse desenvolvimento ocorra é necessário que o indivíduo se aproprie dos produtos culturais, tanto aqueles da cultura material como aqueles da cultura intelectual.

No momento em que se propõe TBC na localidade, é preciso resgatar as essências dos saberes e fazeres da comunidade, pois é exatamente esse o grande diferencial competitivo neste cenário desenvolvimentista apresentado pro Becker (1999), Caraca (1996) e Beni (2001) e que leva a uma análise em que os produtos culturais gerados vão muito mais além do simples poder de venda desses produtos.

Imagine se nas comunidades em que as catadoras de mangaba estão desenvolvendo seu trabalho, não há um repasse desses fazeres ao longo das

gerações? Como iriam ficar tais comunidades, aonde a relação de troca é muito menor do que o poder de comprar, estimulados no capitalismo atual. Entendendo que essa relação está associada ao estímulo financeiro associado aos produtos.

É preciso estimular que tais atividades sejam levantadas e estudadas pelas crianças nas próprias comunidades e que tais relações de apropriação seja uma relação natural entre as famílias, pois é desta forma que o TBC poderá contribuir para que o atrativo cultural local seja fomentado de forma sustentável e coerente com o pensar local, pois é neste estanco de sensibilização que o TBC irá promover um turismo de fato sustentável.

5 - Algumas breves considerações

O projeto das catadoras de mangaba surge como um grande instrumento para que o TBC possa realizar as ações de cunho sustentáveis nas localidades e promover um turismo mais sólido, sem relacioná-lo a apenas as questões mercadológicas, como dita o contexto capitalista promovido no desenvolvimento marxista atual.

Entender, porém, que este viés perpassa pelos modos e fazeres dessas mulheres e que a sua prática deve ser preservada assim como a árvore da mangaba são a riqueza do entendimento que se faz necessário para estimular o surgimento de um turismo sustentável de fato e que as bases devem começar não só com a implantação do TCB, mas primeiramente pelas mulheres que fazem parte desse movimento.

A dinâmica social e a cultura estarão sofrendo constantes ataques, pois a exploração da terra e a especulação imobiliária já fazem parte dessa realidade em que as catadoras estão envolvidas, mas não se pode perder de vista a importância desse projeto para a manutenção desses espaços, aonde a cata pode ser realizada e o fruto ser o instrumento para a melhoria das condições de vida das famílias.

A preservação do fruto já é um grande avanço, assim como a organização das mesmas em cooperativas e associações, mas o turismo deve fortalecer e nunca dividir essa unidade, pois quando ele vier a ser tornar uma prática pontual nas comunidades, ele poderá servir de justificativa ainda mais, para que as comunidades continuem tendo acesso a terra e conseqüentemente, apresentando produtos de qualidade para que sejam inseridos como atrativos nos municípios e isso gera um reflexo de

autoestima nas mulheres, podendo contribuir para a preservação dos saberes e fazeres entorno do fruto da mangaba.

Referencial Bibliográfico

Andrade, José V. de. **Turismo: fundamentos e perspectivas**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2005

ALEXANDRE, L. M. M. **O desenvolvimento sustentável e o turismo no mundo capitalista: algumas**. I Simpósio de Turismo e Geografia, v. 1, p. 436-451, 2010.

ALEXANDRE, L. M. M.; NETO BARROS, J. J. da S. . **O Turismo Rural como estratégia de desenvolvimento regional**. In: I Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural, 2010, São Cristóvão. Os desafios dos Territórios da cidadania e da pluriatividade, 2010.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009.

BARTHOLO, Roberto. Sobre o sentido da proximidade: implicações para o turismo situado de base comunitária. In BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

BAILLY, Antoine. S. **“Representações Espaciais e Dinâmicas Urbanas e Regionais**. ”Tradução livre de Edvânia T. A. Gomes. Montreal: Éditions region ales européennes, 1986. 10p.

BECKER, Dinizar Fermiano (org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2.ed.

BENEVIDES, Ireleno Porto. O Prodetur-CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará In RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

BOMFIM, Eudes de Oliveira; ALEXANDRE, L. M. M.. **O Desenvolvimento Sustentável e o Turismo: interfaces possíveis num mundo capitalista**. In: I Congresso Nacional de Educação Ambiental e III Encontro Nordeste de Biogeografia, 2009, João Pessoa/PB. Educação para a sociedade sustentável e saúde global. João Pessoa/PB: Universitária da UFPB, 2009. v. III. p. 6-882.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-194.

CAIDEN, Gerald. E. e CARAVANTES, Geraldo R. **Reconsiderações do conceito de desenvolvimento**. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea**. Barcelona: BARCANOVA, 1981.

CARA, Roberto Bustos. El turismo y los procesos de transformación territorial In RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local In RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORIOLOANO, Luzia Neide de M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro In BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

DUARTE, Newton. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: A dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar In Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/00, disponível em www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a04v2171.pdf, acesso em: 25/10/2013.

CAVALCANTI, Keila B; DA HORA, Alberto S. S. Turismo Pedagógico: conversão e reconversão do olhar In REJOWSKI, Miriam (org.). **Turismo Contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2003. P. 208-228

HALL, M. C. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Turismo Contexto.

IRVING, Marta Azevedo. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível? In BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

MIELKE, Eduardo J. Costa. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

SAN SOLO, Davis G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil In BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis G. e BURSZTYN, Ivan. Org. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Geramond, 2002. 96 pág.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo sutado: quais as transformações? In BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. Org. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. BRASIL, 2009.